

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepm.org.br



EBSERH

Mantida adicional de insalubridade

Página 2

ARTIGO

Sem pressão sindical e social, Congresso vai enterrar o fim da 6X1

Página 4

A PRIMEIRA

Assembleia reforça mobilização e debates

Página 3



EBSERH

Greve por tempo indeterminado é aprovada por trabalhadores no HUJM

Paralisação nacional começa em 2 de abril e reivindica reajuste salarial acima da inflação e melhores condições de trabalho

tentativas frustradas de negociação.

A expectativa de avanço nas tratativas, especialmente após reunião no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 31 de março, não se concretizou. As propostas apresentadas foram consideradas insuficientes, o que levou os trabalhadores, já no dia seguinte (1º de abril), a reafirmarem em assembleia a decisão pela greve.

O movimento escancara insatisfações antigas. Entre elas, a falta de valorização profissional, condições de trabalho consideradas inadequadas e perdas salariais acumuladas. A reivindicação por recomposição inflacionária e ganho real de

A aprovação da greve por tempo indeterminado pelos trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), no Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), revela o aprofundamento do impasse entre a categoria e a empresa. A paralisação, marcada para começar às 18h do dia 2 de abril, terá alcance nacional e ocorre após sucessivas

Foto: Mário Hashimoto



No ano de 2024, os empregados da empresa entraram em greve pelos mesmos motivos

salário aparece como ponto central, mas não isolado: a pauta inclui também a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e direitos específicos, como férias ampliadas para trabalhadores expostos à radiação.

Durante a mediação conduzida no TST, a empresa apresentou inicialmente uma proposta de reajuste correspondente a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), percentual visto como insuficiente diante da inflação acumulada. Em nova rodada, avançou para 100% do índice no período de junho de 2025 a maio de 2026, com efeitos financeiros a partir da data-base, em junho de 2026, além da manutenção das cláusulas sociais e inclusão de novos pontos.

Ainda assim, a proposta não foi suficiente para conter a mobilização. Para a Condsef/Fenadsef, o impasse vai além dos índices e reflete a ausência de avanços

concretos nas chamadas cláusulas sociais — justamente aquelas que impactam diretamente o cotidiano de trabalho nos hospitais.

Diálogo - Apesar da decisão pela paralisação, o movimento busca se equilibrar entre pressão e responsabilidade. O Comando Local de Greve afirma que pretende negociar com a direção hospitalar para garantir o funcionamento dos serviços essenciais, como urgência e emergência, evitando prejuízos mais graves à população.

Nos bastidores, a orientação das entidades sindicais é clara: manter o diálogo com as administrações locais para organizar escalas mínimas e reduzir o risco de judicialização do movimento. Ainda assim, o cenário aponta para dias de tensão, com impacto potencial na rede hospitalar administrada pela Ebserh.

IMAGEM GERADA POR IA

Março: Mês da Mulher
Mulheres Unidas, Fortes e Inspiradoras!

IGUALDADE PARA TODAS!

FEMINICÍDIO ZERO!
Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada

SINDSEP-MT
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE MATO GROSSO

FILIAÇÃO: CUT BRASIL, CODSEF

O Sindsep-MT realizou, neste mês, importantes reuniões com filiados(as) nas cidades de Rondonópolis e Cáceres, fortalecendo o diálogo direto com a base e promovendo a participação ativa da categoria. Durante os encontros, foi feita uma análise detalhada da conjuntura atual, abordando os principais desafios enfrentados pelos servidores públicos. Também foram repassados informes gerais sobre as ações do sindicato, incluindo atualizações de caráter administrativo e organizacional. Na área jurídica, os participantes receberam orientações relevantes sobre direitos, processos em andamento e encaminhamentos futuros.

Fotos: Sílvia Cléia



EBSERH

Justiça garante a manutenção obrigatória do adicional de insalubridade sobre salário-base

Decisão favorável a trabalhadores impede redução salarial e assegura pagamento de diferenças retroativas

Uma decisão da Justiça do Trabalho trouxe uma importante vitória para trabalhadores vinculados à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) de Mato Grosso. Em sentença considerada histórica, foi confirmada a obrigatoriedade da manutenção do cálculo do adicional de insalubridade com base no salário-base, impedindo alterações que resultariam em redução de remuneração.

A ação civil pública foi movida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), que questionou mudanças implementadas pela empresa. A Justiça reconheceu que a tentativa de alterar a base de cálculo do benefício configurava redução salarial indevida, prática vedada pela legislação trabalhista.

Pela decisão, além de manter o adicional nos moldes anteriores, a Ebserh deverá pagar todas as diferenças acumuladas aos trabalhadores prejudicados. Os valores incluem reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas.

O entendimento judicial também destacou que o direito ao cálculo do adicional já estava incorporado aos contratos de trabalho, não podendo ser suprimido por atos administrativos ou

Foto: Mário Hashimoto



Nononononononononono

recomendações de órgãos de controle. A sentença reafirma ainda a legitimidade do sindicato para representar a categoria de forma ampla.

A medida beneficia empregados admitidos até 30 de julho de 2019 no estado e estabelece um importante precedente na defesa de direitos trabalhistas frente a mudanças unilaterais por parte de empregadores públicos.

Apesar da vitória, o processo ainda pode ser objeto de recurso por parte da empresa, o que mantém o cenário em acompanhamento por trabalhadores e representantes sindicais.

A conquista é atribuída à atuação jurídica e institucional do sindicato, que conduziu o caso ao longo de todas as etapas judiciais. O resultado reforça a importância da organização coletiva na preservação de direitos e evidencia o papel fundamental da representação sindical na defesa dos trabalhadores.

A decisão reafirma que a mobilização e a atuação firme do nosso sindicato seguem sendo essenciais para garantir avanços e impedir retrocessos, consolidando uma vitória que fortalece toda a categoria e que a filiação é essencial para garantir a continuidade dessa luta até a vitória definitiva.

INFORMATIVO – PASEP E PRAZO PRESCRICIONAL

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Tema 1387, fixou entendimento de que o prazo prescricional para ajuizamento de ações envolvendo valores do PASEP é de 10 (dez) anos.

🔗 Como funciona o prazo? O prazo de 10 anos começa a contar a partir da data em que o servidor tomou conhecimento dos fatos, ou seja, a partir da data do saque do PASEP.

🗨️ O que isso significa na prática? Somente poderão ingressar com ação judicial os servidores que não ultrapassaram o prazo de 10 anos contados da data do saque.

⚠️ ATENÇÃO: O Jurídico do SINDSEP somente dará entrada nas ações dos servidores que estiverem dentro do prazo prescricional. Caso tenha realizado o saque, verifique a data para saber se ainda está dentro do prazo.

Em caso de dúvidas, procure o jurídico do sindicato.

Alerta Importante: Cuidado com o golpe do falso advogado!

O Sindsep-MT informa a todos os servidores que circula, novamente, o chamado golpe do falso advogado. Nessa fraude, estelionatários se passam por advogados ou representantes judiciais — muitas vezes utilizando dados reais de processos — e entram em contato pedindo pagamentos para liberar supostas verbas judiciais. O desfecho, claro, é que o dinheiro vai para os golpistas, enquanto os servidores ficam no prejuízo.

Como o golpe funciona:

Os criminosos obtêm dados reais de processos judiciais e os utilizam para dar veracidade à farsa.

Aí entram em contato via WhatsApp ou telefone, com urgência, afirmando que é necessário um pagamento via PIX ou depósito imediato para liberação de valores como precatórios, alvarás ou RPVs.

Em seguida, dispara-se um documento forjado — sentenças, ofícios, alvarás falsos — com montagem muito convincente.

Depois que o pagamento é feito, o falso advogado desaparece — e o servidor fica sem o valor e sem contato com o suposto advogado.

O que as autoridades recomendam:

Não realize pagamentos por PIX, transferências ou boletos enviados por fontes não verificadas.

Verifique sempre a identidade do contato antes de qualquer ação.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) enfatiza: nunca solicita nenhum tipo de pagamento via PIX ou outro meio para liberar valores judiciais.

O que tem sido feito em Mato Grosso: A OAB-MT reforçou junto ao Ministério da Justiça a necessidade de federalização das investigações, dada a abrangência interestadual do golpe.

A entidade também firmou parcerias com a Polícia Civil e com o TJMT para implementar ajustes de segurança no sistema eletrônico de tramitação processual (PJe).

Contatos oficiais do Jurídico do SINDSEP/MT

Caso você receba qualquer mensagem suspeita ou tenha dúvidas sobre autênticos contatos jurídicos, não hesite em entrar em contato diretamente com o Jurídico do sindicato:

Telefone fixo: (65) 3023-7000

WhatsApp: (65) 99945-6283

Ou, diretamente com a Dra. Adriane Santos dos Anjos:

WhatsApp: (65) 99947-5368

WhatsApp: (65) 99309-5678

Seja sempre cauteloso com contatos não verificados e proteja-se contra fraudes.



Mulheres fortes, unidas e protagonistas da própria história!

Neste mês de março, nossa homenagem é a cada mulher guerreira que, no dia a dia, enfrenta desafios e segue firme na luta por direitos, respeito e melhores condições de vida e trabalho. A presença marcante dessas mulheres na primeira reunião do sistema diretivo do Sindsep-MT, em 2026, reafirma a força coletiva que transforma realidades e abre caminhos para outras que virão. São vozes que não se calam, mãos que constroem e mentes que resistem. Cada conquista carrega a coragem de quem nunca desistiu, mesmo diante das dificuldades. Mas também é tempo de indignação e denúncia. Repudiamos veementemente o feminicídio que assola nosso estado de Mato Grosso, que infelizmente lidera índices tão alarmantes. Não podemos naturalizar a violência contra a mulher. Não podemos aceitar o medo como rotina.

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Saete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Jolison Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

Fotos: Mário Hashimoto



Diretores do Sindsep compareceram na sede da CUT-MT para primeira reunião de 2026



Sobre atual a conjuntura nacional, debates técnicos voltados ao fortalecimento da atuação sindical

2026

Sindsep-MT reforça mobilização e debate cenário político em primeira reunião do Sistema Diretivo

Encontro híbrido reuniu dirigentes estaduais e nacionais para discutir conjuntura, direitos dos servidores e plano de lutas para 2026

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) realizou, no último dia 13, na sede da CUT-MT, sua primeira Reunião Ordinária do Sistema Diretivo. O encontro ocorreu em formato híbrido e contou com a participação de dirigentes nacionais da Cond-sef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva e Edison Cardoni, além da presença do diretor da CUT-MT, professor Robinson Ciréia.

A reunião teve como eixo central a análise da conjuntura política e econômica, tanto no cenário nacional quanto internacional, além de debates técnicos e organizativos voltados ao fortalecimento da atuação sindical. Entre os temas abordados estiveram os desafios estruturais do sistema político brasileiro, as transformações do capitalismo contemporâneo e a importância da mobilização permanente da classe trabalhadora.

Também foram discutidas pautas específicas dos servidores públicos, como processos de aposentadoria, saúde do trabalhador e a organização de atividades futuras, incluindo mobilizações, marchas e a plenária estatutária da categoria.

Reforma política e papel dos sindicatos - Durante os debates, dirigentes destacaram distorções do sistema político brasileiro, sobretudo no uso de emendas parlamentares como instrumento de financiamento indireto de campanhas eleitorais. Segundo avaliação apresentada, esse mecanismo tende a favorecer inte-

resses empresariais e partidários em detrimento dos trabalhadores.

Foi consenso entre os participantes que mudanças estruturais não dependem exclusivamente das eleições, especialmente diante da atual correlação de forças no Congresso Nacional. Nesse contexto, reforçou-se a necessidade de uma reforma política que limite a influência do poder econômico e amplie a representatividade popular.

Os dirigentes também alertaram para a importância de os sindicatos manterem sua autonomia e capacidade de mobilização, evitando subordinação às conjunturas eleitorais e preservando seu papel institucional de defesa dos trabalhadores.

Capitalismo, pressão econômica e organização coletiva - Outro ponto de destaque foi a análise dos impactos do modelo econômico atual sobre o mundo do trabalho. Segundo os participantes, grandes corporações têm intensificado processos de concentração e pressão por produtividade, enquanto trabalhadores enfrentam redução de recursos e aumento da carga laboral.

Diante desse cenário, foi ressaltada a importância da organização sindical e da atuação junto ao Parlamento para garantir a preservação de direitos e serviços públicos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 38/2025), a da Reforma Administrativa, foi citada como exemplo de pauta que exige acompanhamento e intervenção por parte das entidades representativas.

Também houve críticas à influência de políticas internacionais, especialmente dos Estados Unidos, sobre decisões econômicas e políticas no Brasil, com defesa da soberania nacional e da autonomia nas decisões estratégicas.

Preparação política e defesa da democracia - Com a participação do representante da CUT-MT, Robinson Ciréia, o encontro abordou a preparação para as próximas eleições, enfatizando a necessidade de fortalecer candidaturas comprometidas com os direitos da classe trabalhadora.

Os dirigentes alertaram para os riscos representados por setores da extrema direita e defenderam a construção de uma

base política sólida no estado e no país. A defesa da democracia, dos direitos sociais e das liberdades civis foi apontada como prioridade.

O debate também incluiu temas internacionais, como conflitos armados, migração e direitos humanos, reforçando a importância da solidariedade entre os povos.

Questões regionais e saúde do trabalhador - A realidade de Mato Grosso também esteve em pauta. Foram discutidos problemas como a violência contra mulheres e os impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores. Os participantes defenderam maior controle sobre o uso dessas substâncias e políticas públicas mais eficazes na proteção da população.

As emendas parlamentares voltaram a ser tema de preocupação, sendo apontadas como fator de fragilização das políticas públicas e instrumento de uso político-eleitoral.

PL 5.874 e articulação nacional - O diretor da Condsef/Fenadsef, Edison Cardoni, participou remotamente e apresentou informes sobre o Projeto de Lei 5.874. Segundo ele, embora as emendas propostas não tenham sido aprovadas neste momento, o relator, senador Randolfe Rodrigues, reconheceu a relevância das propostas e indicou possibilidade de retomada do debate.

As reivindicações deverão compor a plataforma da plenária estatutária da Condsef, prevista para ocorrer entre os dias 16 e 18 de abril, precedida por uma mobilização nacional no dia 15.

Jurídico e demandas dos servidores - Na área jurídica apresentada pela advogada Tamirys Campos dos Anjos, foram discutidas questões relacionadas à aposentadoria, com destaque para prazos de prescrição e uma ação coletiva que envolve 91 servidores já habilitados. O tema foi tratado como prioritário, diante do impacto direto na vida dos trabalhadores.

Movimento sindical e conjuntura dos servidores - O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, destacou avanços recentes do movimento sindical, como a negociação de recursos

para investimentos no setor público e a resistência a propostas de retirada de direitos.

Apesar disso, alertou para a necessidade de manter a mobilização, especialmente diante de ameaças recorrentes aos direitos dos servidores. Ele reforçou a importância da participação nas atividades nacionais previstas para abril, incluindo a marcha da classe trabalhadora.

Principais atividades do Sindsep-MT

- Participação em agendas nacionais em Brasília, incluindo o primeiro encontro dos trabalhadores da AgSUS;
- Articulação para a Marcha das Três Esferas, prevista para 15 de abril;
- Organização da participação na plenária estatutária da Condsef/Fenadsef (16 a 18 de abril);
- Realização de assembleias regionais em Cáceres, Rondonópolis e Cuiabá;
- Continuidade do projeto de jurídico itinerante;
- Preparação das eleições da nova direção do sindicato ainda neste ano;
- Intensificação da campanha de filiação;
- Debates e encaminhamentos sobre saúde do trabalhador, incluindo exames periódicos e plano de saúde.

O encontro reafirmou o compromisso do Sindsep-MT com a defesa dos direitos dos servidores públicos e com a construção de uma agenda de mobilização capaz de enfrentar os desafios políticos e econômicos do próximo período.



Joilson Ruas: relato da negociação com Ebserh



Tamirys dos Anjos: informes jurídicos

ARTIGO

Sem pressão sindical e social, Congresso vai enterrar redução da jornada

Debate avança no rito, mas é travado por estratégia política. Sem mobilização, propostas tendem a ser adiadas ou desidratadas.

MARCOS VERLAINE*

A agenda está quente, mas a decisão está fria. Assim, pode-se definir o debate em torno da redução da jornada de trabalho e da escala no Congresso, que voltou ao centro do debate público. Está na ordem do dia.

Mas não na ordem da decisão do Legislativo federal, que é majoritariamente composto por empresários ou representantes de empresários, por deputados e senadores de direita e extrema-direita e conservadores. Ou seja, eles são contra as pautas de avanços sociais.

Daí, em razão disso, é fundamental botar pressão. Do contrário, sob esse espectro majoritário do Congresso, propostas assim não irão avançar.

No Senado Federal, a PEC 148/15, do senador Paulo Paim (PT-RS), permanece parada no plenário desde dezembro, apesar de pronta para votação. Na Câmara dos Deputados, a PEC 8/25 segue em discussão na CCJ, formalmente em fase de audiências públicas.

A PEC do senador Paim estabelece transição progressiva: a jornada cairia inicialmente de 44 para 40 horas semanais. A partir daí, haveria redução de 1 hora por ano até atingir o limite final de 36 horas.

A da deputada Erika instituiu a jornada de 4 dias por semana, limitada a 36 horas semanais, sem redução salarial.

Mas há descompasso evidente: o

que avança no rito não avança na política.

AUDIÊNCIAS QUE NÃO DECIDEM

No caso da PEC 8/25, o próprio desenho institucional expõe a contradição.

A CCJ não analisa o mérito da proposta. Limita-se a analisar a constitucionalidade e tecnicidade da proposta. Qual a razão dessas audiências públicas? Protelar, adiar a decisão!

Nesse contexto, a realização de audiências públicas, embora legítima em tese, assume contornos protelatórios. Não se trata de aprofundar o debate, mas de alongar o tempo. De empurrar o enfrentamento político para frente.

Até porque há décadas se debate redução de jornada no Brasil. Já há interminável e robusta massa crítica para avançar com essa pauta. A sociedade é majoritariamente a favor, em particular os jovens trabalhadores. É o adiamento como método.

PODER DE TRAVAR SEM VOTAR

O fato de a pauta estar “na ordem do dia” não significa que será decidida. No Congresso brasileiro, propostas podem ser esvaziadas sem serem derrotadas. Basta que não sejam votadas.

Esse é o terreno onde opera, com eficiência, o empresariado organizado. Não necessariamente para vencer no voto, mas para evitar que isso aconteça.

A estratégia é conhecida: postergar, fragmentar, condicionar. Levar o debate até o limite do calendário. E, se possível,

além desse. E daí não votar porque o tempo político se esvaiu. Esgotou.

Se as propostas ficarem para depois das eleições, a tendência é clara: não serão votadas. E, se forem, será em outro ambiente político, provavelmente mais desfavorável à mudança.

RISCO DE ESVAZIAMENTO

Mesmo no cenário de avanço, há outro risco: o da desidratação das propostas.

Regras de transição extensas, exceções setoriais amplas e dispositivos de flexibilização podem transformar a mudança estrutural em ajuste marginal. Preserva-se a forma, esvazia-se o conteúdo.

A redução da jornada, nesse caso, deixaria de ser redistribuição do tempo de vida para se tornar mera acomodação de interesses, do empresariado, do mercado e do capital.

TEMPO DE VIDA EM DISPUTA

No fundo, o que está em jogo não é apenas carga horária. É a disputa sobre o tempo. E a capacidade dos atores políticos e sociais apresentarem as ferramentas para levar a cabo a votação das propostas em pauta.

Tempo para viver, estudar, cuidar, existir — de um lado. Tempo apropriado como fator de produção — de outro. E isso terá como consequência mais empregos formais, renda e vida menos turbulenta.

A redução da jornada sempre foi, historicamente, conquista arrancada, não concedida. Nunca avançou por inércia

institucional. Sempre exigiu conflito social organizado.

SEM TENSÃO, NÃO HÁ DECISÃO

A experiência histórica é inequívoca: sem pressão social, não há mudança relevante na legislação trabalhista.

É preciso mais do que intenção. É preciso tensionar o Congresso — na Câmara dos Deputados e no Senado Federal —, simultaneamente.

A luta se dá em 3 frentes: nas ruas, nas redes e dentro do Parlamento. É nesse cruzamento que se altera a correlação de forças capaz de tirar as propostas da inércia.

CUSTO DA INAÇÃO

Sem mobilização, o desfecho é previsível: propostas paradas ou aprovadas de forma esvaziada.

Em ambos os casos, perde-se o essencial: a possibilidade de reorganizar o trabalho, a partir de novo pacto social sobre o tempo de trabalho e para a vida social.

O Congresso não decide no vazio. Decide sob pressão.

E, neste tema, a ausência dessa já é, por si só, uma forma de decisão.

É preciso ir às ruas, às redes e ao Congresso, com mais vigor e entusiasmo, onde deputados e senadores irão decidir, com ou sem o povo. Se tiver povo, a decisão poderá ser favorável. Se não tiver, esqueça.

(*) JORNALISTA, ANALISTA POLÍTICO, ASSESSOR PARLAMENTAR DO DIAP E REDATOR DO HP



NOME	DIA
ADALBERTO NASCIMENTO DA SILVA	23
ADALGISA BORORO RIBEIRO	19
ADILVAN DE SOUSA LOPES	27
ADNEN RAJAB	17
ALBINO KLIPEL	08
ALTINA MARIA DAS DORES OLIVEIRA MORAES	23
ALUIZIO BISPO FERREIRA	08
AMARILDO PARPINELI DA PAIXAO	24
AMAURY RODRIGUES DOS SANTOS	16
ANA RODRIGUES MAGALHAES	24
ANDREIA DE SOUZA FERREIRA SILVA	02
ANGELA MARIA GOMES	02
ANISIO DE MORAES JARDIM	07
ANTONIO AUGUSTO	24
ANTONIO AVANIAS DA SILVA	11
ANTONIO ENIO FIGUEIREDO	02
ANTONIO HUGO FERREIRA	01
ANTONIO LUIZ DE SOUZA MEIRA	20
ARCILIO DE BARROS FILHO	24
AROLD DE SOUZA JUNIOR	06
ARTUR JORGE ALVES GUERRA	01
ARY CESAR NERIS	14
ATHAIDE DE ASSUNCAO	17
BATMAISTERSON SCHMIDT	07
BENEDITO FERREIRA DA SILVA	11
BENEDITO MAXIMO DA CUNHA FILHO	27
BENEDITO REGINALDO FERRAZ	28
BENEDITO SERGIO NUNES DE SOUZA	26
BENEDITO TEODORO DE MATOS	20
BENJAMIM WAAYHO	15
BERNADETE COELHO RODRIGUES PEREZ	16
CANIZO DA LUZ	15
CARLOS ANTONIO MORAES MACHADO	22
CELESTINA FRANCISCA DE PAULA E SOUZA	06
CESAR AUGUSTO NOVAES PEREIRA	13
CHIRLEY MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	22
CHRISTIANE IBIAPINO	20
CLODOALDO PEREIRA AZEVEDO	27
CLOVIS MORALES PESTANO	10
CONCEIÇÃO APARECIDA PASCOAL	24
CRISTIANE FERREIRA DE ASSUNÇÃO	29
CUSTODIO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO	27
DAIDE PARDINHO DE OLIVEIRA	15
DANIEL JUSTINIANO PEDRAÇA	25
DEIZILENY VAZ FERREIRA DE MELO	19
DEJANYRA RODRIGUES ALVES	28
DELVINA ALMEIDA DO ESPIRITO SANTO	03
DIRCEU SANTANA DE AMORIM	22
DIVANI MARTINS ARAUJO	25
DOUGLAS MAGANHA DA SILVA	11
ED SALIES FONSECA	06
EDILAINÉ MARIA CÂNDIDO DE SIQUEIRA SARRA	20
EDSON RIBEIRO DA SILVA	24
EDUARDO DE PODESTA ZANI	10
ELENIR DE MORAES	10
ELIAS BELISARIO DE ARAUJO	20
ELIEDER TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA	05
ELION LEOPOLDO DE ANUNCIACAO	20
ELISA MARIA TROMBETA BALESTRIN	14
ENILDES GONÇALVES DA COSTA	08

ERONIDES GALDINO DE ALMEIDA	17
ESTEVINA ANICETA DE FIGUEIREDO	17
EVA LINDAMAR RODRIGUES DE CARVALHO	12
EXPEDITO LEITE	21
FERNANDO FERREIRA DE SOUZA	21
FRANCISCO CARLOS VIEIRA	13
FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA	01
FRANCISCO SIMPLICIO DE ABREU	20
GALDINO IZIDORO DE MORAIS	18
GENI SOARES DA SILVA	16
GERALDINA AGUIAR DA SILVA	04
GILBERTO JOSE DA SILVA	30
GLEIDA MARIZA COSTA	13
GONÇALO DE OLIVEIRA SANTOS	03
HELIO DE SOUZA BARBOSA	03
HERMENEGILDO REIS DE ALMEIDA	13
HOZANA SILVA	22
ILDA FERREIRA MESQUITA	24
IOLANDA TOMAZ DE PAULA	05
IRENE DA SILVA MEDRADO CRUZ	07
IRENE DE ALMEIDA LOPES	06
IRENE GOMES PEREIRA	01
ISABELLA FERREIRA LIRA	09
ISAURA TITON	24
IVANDO LUIZ ARAUJO	15
IVERCIO EUZEBIO EVANGELISTA	12
IVETE LUCIA VILAR DE QUEIROZ	15
JAMIR ALVES FERREIRA	29
JAMIR CORREA GUIMARAES	18
JANE MARIA DE CAMPOS	19
JANETE PEREIRA SILVA	03
JOANA BATISTA GAUDENCIO	07
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	08
JOAO GALDINO DE SOUZA	18
JOAO LUCAS DA SILVA	14
JOAO OLIVEIRA ROCHA	06
JOÃO OROLD MENDES	24
JOAO WEREHITE RAI RATE	19
JOAQUIM MENDES DE OLIVEIRA	06
JORGE ASSIS DE FIGUEIREDO	08
JORGE DE MORAES	23
JORGE ISIDORO DE MORAES	28
JORGE MIDOM	01
JORGE PINTO DE OLIVEIRA	23
JOSÉ CRISÓSTEMO GONÇALVES DE FREITAS JR	26
JOSE FERNANDO S. DA SILVA	21
JOSE FERREIRA DE SANTANA	08
JOSE GERALDO MESQUITA	08
JOSE JORGE DE SOUZA	24
JOSE RAMOS DA SILVA	29
JOSE RODRIGUES NOGUEIRA	29
JOSIANE RUTH ARRUDA DO NASCIMENTO PERTELY	09
JOVENAL AZOMARE	09
JULIANNE PINHEIRO MONZON	15
JULIZAR VILELA PINHEIRO	19
JURACI PEREIRA DOS SANTOS	04
JURANICE CATARINA DE FRANCA	30
KEILA REJANE BARBOSA BORGES	02
KETLLI NARA JESUS DA SILVA	28
LEIDE SANTOS AGUIAR DIAS	09
LENIR PIRES DE SOUZA	15
LEONARDO GONÇALVES DE SOUZA	28
LEONICE DE OLIVEIRA NASCIMENTO	11
LINDINALVA RAMOS DE OLIVEIRA	17
LOURDES FERREIRA FIRMINO DA SILVA	30
LOURDES MARIA DE ALMEIDA SILVA	30
LUCINDA VITURINA DE ARRUDA	15
LUIZA SILVA CAMPOS	21
LUIZ ANTONIO DE SOUZA	08
LUIZ CARLOS DA LUZ	07
LUIZ JOSE DA SILVA	15
MANOEL DA PAIXAO MARTINS	11

MANOEL DE FREITAS	04
MANOEL DIVINO DA SILVA	11
MANOEL ESMELIANO DA SILVA	29
MANOEL SANTANA DA COSTA	26
MARCEL CORDEIRO LOPES	24
MARCELINO RAMOS ARRUDA	12
MARCOS ANTONIO ROCHA E SILVA	23
MARCOS BENEDITO NASCIMENTO PINHEIRO	25
MARIA ANTONIA BOM DESPACHO	12
MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA RAMOS	09
MARIA BENEDITA VICTORIO	26
MARIA BERMAN DOS PASSOS	18
MARIA CORREA DELGADO	07
MARIA DE FATIMA ALVES PEREIRA	26
MARIA DO CARMO DE MEDEIROS ANDRADE	05
MARIA INEZ RIEIRA	24
MARIA MADALENA DA SILVA	07
MARIANE CARLI DE ALMEIDA GIMENES	26
MARLI BATISTA RODRIGUES	13
MARLI BERGONCI POLITA	28
MAURICIO ALVES RATTACASO JUNIOR	04
MAURICIO HERMOGENES NOGUEIRA	19
MICHAELE R. DA CRUZ SAMPAIO	21
MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA	13
NILCE NUNES DE AMORIM	30
OLIVIA DE ABREU BALLESTEROS	26
OLIVO COLETTI	23
ORLANDO FRANCISCO DE ASSIS	28
PAIXAO BENEDITO GUIMARAES CALDAS	20
PAMELA MARCELINA DE PAULO	30
PATRICIA FURTADO DE OLIVEIRA AGUIAR	28
PAULINA DE ALMEIDA RAMOS	11
PEDRO DO CARMO CORREIA	07
POMPILIO RODRIGUES DE LIMA	27
RENEE MARIA DE ALMEIDA	23
RICARDO LOPES GUSMAO	03
RINA FERNANDES DA SILVA	10
RINALDO DA SILVA	03
ROGERIO RIGOTTI	24
RONALDO MIGUEL COSTA LEITE FILHO	02
ROSANGELA SIMÃO DE MATOS	03
ROSINEIA MAIA DE AMORIM FRANÇA	11
ROSMARI SATTTLER	10
ROZANA GUARIN	18
RUFINO ANASTACIO DE OLIVEIRA	07
SAMUEL DUARTE DE MELLO	08
SEBASTIAO AUGUSTO DE JESUS	23
SEBASTIAO FRANCISCO MARCAL	02
SELMA LUMINATA DE MORAIS	21
SELMO JACINTO DE OLIVEIRA	24
SENHORINHA PEREIRA DE AMORIM	02
SIMONE BRANDÃO BARBOSA ALMEIDA	12
SIMONE COELHO DIAS	13
SOCORRO IRALA	03
TARAS HANEIKO	20
ULISSES ZOZIMO DE ALENCASTRO	04
VALDILENE APARECIDA DE OLIVEIRA	18
VANDERLEI DA SILVA VANNI	08
VANILDA PINHEIRO ALMEIDA	29
VANINHO BATISTA NOGUEIRA	04
VERACY TIZZIANI	15
VERALUCIA FARIAS SANTOS	23
VERIANO VALDEMIER DE OLIVEIRA	09
VICTOR HUGO DIAS DO CARMO	25
VICTORIA DE CAMPOS DOS SANTOS	15
VITOR AURAPE PERUARE	19
WALTERSOM LEAO CARDOSO	21
YABUTI METUKTIRE	04
ZILDA MADALENA ARAUJO DE OLIVEIRA	17